

Cadernos de Formação

Direitos Humanos e Cidadania

Conheça todos os títulos dos
Cadernos de Formação

Direitos Humanos e Cidadania
Educação Popular e Direitos Humanos
Participação Social e Direitos Humanos
Direito à Cidade
Conselhos Participativos Municipais
Governo Aberto
Planejamento e Orçamento



Cadernos de Formação

Direitos Humanos e Cidadania



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Expediente

Prefeitura Municipal de São Paulo

Fernando Haddad – Prefeito

Eduardo Matarazzo Suplicy – Secretário de Direitos Humanos e Cidadania

Guilherme Assis de Almeida – Secretário Adjunto de Direitos Humanos e Cidadania

Giordano Morangueira Magri – Chefe de Gabinete

Maria José Scardua – Coordenadora da Política Municipal de Participação Social

Eduardo Santarelo Lucas e Karen Kristensen Medaglia

Motta (estagiária) – Equipe da Coordenação de Participação Social

Instituto Paulo Freire

Paulo Freire – Patrono

Moacir Gadotti – Presidente de Honra

Alexandre Munck – Diretor Administrativo-Financeiro

Ângela Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha – Diretores Pedagógicos

Natália Caetano – Coordenadora do Projeto

Editora Instituto Paulo Freire

Janaina Abreu – Coordenação Gráfico-Editorial

Aline Inforsato e Izabela Roveri – Identidade Visual, Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final

Ângela Antunes, Francisca Pini, Julio Talhari, Moacir Gadotti e Paulo Roberto

Padilha – Preparação de Originais e Revisão de Conteúdo

Daniel Shinzato, Janaina Abreu e Julio Talhari – Revisão

Alcir de Souza Caria, Amanda Guazzelli, Deisy Boscaratto, Fabiano Angélico,

Lina Rosa, Natália Caetano, Rosemeire Silva, Samara Marino, Sandra Vaz,

Sheila Ceccon, Washington Góes – Pesquisadores - Redatores

Flávia Rolim – Colaboradora

Capa

Foto de capa – Crédito: Wikimedia Commons; Elza Fiúza e Marcelo Camargo/Agência Brasil;

Marli Nogueira/Agência Senado; Fábio Arantes/SECOM

Sumário

Palavras do prefeito	4
Palavras do secretário	5
Introdução	7
1. Direitos humanos e a defesa da vida	9
1.1 Breve histórico dos direitos humanos	9
1.2 Principais desafios dos direitos humanos no Brasil	13
1.3 Os direitos humanos e a luta por um outro mundo possível	18
2. Cidadania e a nossa presença no mundo	21
2.1 A dimensão histórica do existir humano e da democracia	21
2.2 Povo, cidadania e participação social	25
2.3 A luta pela democratização do Estado no Brasil	27
3. Cidadania e direitos humanos no município de São Paulo	29
3.1 Cidade, cotidiano e história	29
3.2 A participação social como princípio de gestão da cidade	32
Conclusão	37
Referências	39

Palavras do prefeito

É com grande satisfação que apresento 20 publicações inéditas, coordenadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), para os processos de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social. Trata-se de sete Cadernos de Formação, dois Cadernos de Orientação, dez Cadernos de Colegiados e um Caderno do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento.

O objetivo é permitir uma melhor compreensão das relações entre direitos humanos, cidadania, Educação Popular, participação social, direito à cidade, bem como apresentar formas e ferramentas de gestão mais participativas adotadas pela atual administração. Nesse sentido, apresentamos também dez importantes conselhos desta cidade, sua composição, estrutura, funcionamento e o mais importante: como e onde participar.

Estas publicações demonstram o esforço da atual administração municipal em ampliar e qualificar, cada vez mais, o diálogo entre governo e sociedade civil para fortalecer a democracia participativa nesta cidade.

São Paulo, dezembro de 2015.
Fernando Haddad

Palavras do secretário

É uma grande satisfação para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo entregar à população de nossa cidade estes sete Cadernos de Formação. Apesar de ser um órgão com pouco tempo de existência, muito nos orgulham as inúmeras realizações que ela conseguiu conquistar. Uma delas foi a oferta de cursos de formação e produção de subsídios teórico-práticos.

As publicações que ora entregamos são destinadas a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) que se interessam pelos assuntos aqui tratados, e, em especial, aos conselheiros(as) municipais, que lutam pela defesa e promoção dos direitos humanos e que há anos vêm demandando cursos e materiais de formação que possam subsidiar a sua atuação.

Como os(as) leitores(as) poderão perceber, a SMDHC convidou outras secretarias de governo para também fazerem parte desta coleção, estabelecendo as devidas relações entre suas respectivas atuações e a promoção dos direitos humanos, um importante marco da Gestão Fernando Haddad. Assim, não apenas se valoriza a democracia representativa como também se impulsiona, cada vez mais, a necessária democracia participativa e, conseqüentemente, os processos de gestão e de participação social, de maneira dialógica e transparente, o que resulta numa cidade mais justa, mais plural e mais respeitosa em relação à diversidade.

Ao definirmos a estrutura desta coleção, respeitando a especificidade de cada caderno, buscamos sempre associar cada título ao tema geral dos direitos humanos, numa perspectiva interdisciplinar, intersecretarial e intersetorial. Dois cadernos, um deles intitulado *Conselhos Participativos Municipais* e o outro *Planejamento e Orçamento*, couberam à Secretaria Municipal de Relações Governamentais (SMRG). O de *Governo Aberto* está relacionado à Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF). Os outros quatro cadernos são diretamente vinculados às atividades da própria SMDHC, a saber: *Direitos Humanos e Cidadania*; *Educação Popular e Direitos Humanos*; *Participação Social e Direitos Humanos* e *Direito à Cidade*.

Estamos certos de que publicações como estas muito podem contribuir para o fortalecimento da democracia participativa, bem como para a ampliação da transparência e da promoção da justiça social e econômica, conseqüentemente, para uma cidade mais justa, sustentável e solidária.

São Paulo, dezembro de 2015.

Introdução

Prezados conselheiros e prezadas conselheiras da cidade de São Paulo,

Para Paulo Freire, *patrono da Educação Brasileira*, a aprendizagem acontece ao longo da vida. É um processo contínuo e permanente, sem um momento certo para ocorrer. Ensinar e aprender exigem a consciência de que somos seres inacabados e incompletos, curiosos, que sabemos escutar, que temos abertura e aceitamos o novo, que refletimos criticamente sobre a prática e que rejeitamos toda e qualquer forma de discriminação.

A disponibilidade para o diálogo, a humildade, a generosidade e a alegria de ensinar e aprender são também características fundamentais para que haja aprendizado. Isso aumenta nossa convicção de que a mudança é possível, por mais que a realidade se apresente como algo aparentemente já dado e imutável.

Se ainda nos deparmos com qualquer tipo de violação aos direitos humanos, temos diante de nós o desafio de educarmos e de nos educarmos para intervirmos nessa realidade injusta. Com determinação e esperança, fica mais fácil a defesa dos direitos, da inclusão sociocultural e da compreensão de que toda pessoa pode e deve contribuir para processos de ensino e de aprendizagem emancipatórios. Quem se emancipa torna-se mais autônomo e livre.

Foi justamente nessa direção que, após consultados, conselheiros e conselheiras integrantes dos órgãos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) solicitaram à Coordenação de Participação Social cursos de formação.

Além de oferecer os cursos, a SMDHC sugeriu também a criação desta série de sete cadernos de formação, composta por diferentes temas que se completam. Pretende-se, assim, agregar ainda mais qualidade na atuação de conselheiros e conselheiras na cidade de São Paulo. Para concretizar esse objetivo, a SMDHC contou com a contribuição do Instituto Paulo Freire (IPF), organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, que em 2016 completa 25 anos de fundação. Ao longo de sua história, o IPF tem atuado para o fomento da educação como meio de promoção dos direitos humanos, visando ao fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social.

Nesse sentido, o presente *Caderno de Formação: Direitos Humanos e Cidadania* pretende colaborar para a promoção do diálogo entre a história dos direitos humanos e o desafio da participação social na sociedade contemporânea. A luta pela democratização efetiva do Estado está diretamente vinculada à proteção da dignidade da pessoa humana.

Nos três capítulos deste caderno, o conselheiro, a conselheira e todas as pessoas que se interessam e atuam no vasto campo das políticas públicas em direitos humanos terão a possibilidade de realizar estudos prático-teóricos que vinculam tais direitos à defesa da vida, o que ajuda a compreender como tem sido e como pode ser o exercício da cidadania e da participação social no Brasil e, especialmente, na cidade de São Paulo.

No primeiro capítulo, o leitor encontrará um breve histórico dos direitos humanos, que se apresentam como desafios no mundo contemporâneo e, particularmente, no Brasil.

O segundo capítulo apresenta também a dimensão histórica, tanto do existir humano como do conceito e prática da democracia, relacionados à identidade de um povo, à sua compreensão sobre o que significa ser cidadão e como se pode promover a participação social no Brasil, criando aqui novos espaços e tempos de luta pela efetiva democratização do Estado democrático de direito.

No terceiro capítulo, a reflexão teórico-prática volta-se ao município de Paulo: nossa cidade, sua história, seu cotidiano e sobretudo como cada conselheiro pode contribuir para que a participação social passe a ser não só um princípio de gestão na capital paulista, mas, principalmente, um desafio de todo cidadão e de toda cidadã.

Na conclusão, destacam-se os avanços relacionados à garantia dos direitos humanos e ao exercício da cidadania ativa neste município, bem como os principais desafios que temos pela frente: tornar São Paulo uma cidade cada vez mais humanizada, justa e palco permanente da democratização por meio da participação social na gestão da cidade.

São Paulo, dezembro de 2015.
Equipe do Instituto Paulo Freire

1. Direitos humanos e a defesa da vida

1.1 Breve histórico dos direitos humanos

A dignidade não nasce das leis. É uma qualidade intrínseca ao ser humano, um predicado que fundamenta a doutrina dos direitos humanos e a luta contra toda forma de desumanidade.

Infelizmente, o conceito de dignidade tem sido tratado mais como figura de linguagem e menos como fundamento para o desenvolvimento de políticas sociais e econômicas que interrompam as históricas degradações contra a pessoa humana, mesmo que presente em textos constitucionais dos países signatários da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), criada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).



Eleanor Roosevelt e versão espanhola da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Foto: Wikimedia Commons).

Baseando-se no reconhecimento da dignidade como fundamento do corpo doutrinário dos direitos humanos, iniciamos este Caderno de Formação reunindo aspectos históricos dessa construção. Essa história é anterior à conhecida *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948. Conforme estudos recentes – Comparato (2003) e Sarmiento (2012), entre outros –, existem quatro gerações dos direitos humanos.

A *primeira geração* surgiu com as lutas da burguesia revolucionária contra os Estados absolutistas (monarquia feudal). Materializaram-se em direitos civis e políticos baseados na condição natural do homem. Os marcos normativos são as *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (França, 1789) e a Assembleia Nacional Francesa, também de 1789. Nesse contexto, predominava o chamado jusnaturalismo, cuja concepção afirmava que o ser humano teria direitos naturais, existentes antes da formação da sociedade política, que o Estado deve reconhecer e garantir.

A *segunda geração* teve influência socialista e reivindicava os direitos sociais, que surgiram com os documentos decorrentes da Revolução Mexicana (1917), da Revolução Russa (1917) e da República de Weimar (1919). Aqui, o Estado é visto como agente promotor das garantias e direitos sociais.

A *terceira geração*, por sua vez, trouxe a ideia de tomada de consciência pela necessidade de direitos para os povos, sobretudo dos países não desenvolvidos. Concretizaram-se com o fim da Segunda Guerra Mundial, pretendendo estreitar as relações dos países do ocidente, em oposição aos países do oriente.

A *quarta geração* apontava para a afirmação dos direitos numa dimensão planetária, voltando-se para a questão ambiental, a sustentabilidade e o desenvolvimento saudável.

A Declaração Universal, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da História, o valor supremo da dignidade humana) [foi] assinalada pelo aprofundamento e a definitiva internacionalização dos direitos humanos. Meio século após o término da Segunda Guerra Mundial, 21 convenções internacionais, exclusivamente dedicadas à matéria, haviam sido celebradas no âmbito da Organização das Nações Unidas ou das organizações regionais. Entre 1945 e 1998, outras 114 convenções foram aprovadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho. Não apenas os direitos individuais, de natureza civil e política, ou os direitos de conteúdo econômico e social foram assentados no plano internacional. Afirmou-se também a existência de novas espécies de direitos humanos: direitos dos povos e direitos da humanidade (COMPARATO, 2003, p. 35).

A história dos direitos humanos no Brasil também é anterior à iniciativa da ONU, em 1948, e registra importantes lutas sociais contra a violação da dignidade de milhões de brasileiros. Em 2013, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), publicou uma linha do tempo (CAMP, 2013, p. 15-16) mostrando essa trajetória, que começa na *Constituição de 1824*:

- 1824 – Constituição Imperial
- 1864 – Primeira Convenção de Genebra
- 1871 – Lei do Ventre Livre
- 1885 – Lei dos Sexagenários
- 1888 – Lei Áurea
- 1891 – Constituição Republicana
- 1897 – Antônio Conselheiro – Última Prédica
- 1907 – Segunda Convenção de Genebra
- 1934 – São sancionados o Código Florestal, que impõe limites ao exercício do direito de propriedade, e o Código de Águas
- 1934 – Promulgada a Segunda Constituição Republicana
- 1945 – Fundação da ONU
- 1946 – Constituição de 1946
- 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- 1964 – Criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)
- 1964 – Estatuto da Terra
- 1965 – Aprovação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
- 1966 – Aprovado o Pacto Internacional de Direitos Civis, Políticos, Sociais e Culturais
- 1968 – Realização da I Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU
- 1968 – Ato Institucional nº 5 fechou o Congresso, estabeleceu pleno poder ao presidente para cassar mandatos eletivos e direitos políticos, restringiu o *habeas corpus*, permitiu intervenções em estados e municípios e ampliou a censura à imprensa
- 1969 – Assinada, em São José da Costa Rica, a Convenção Americana de Direitos Humanos (à qual o Brasil só aderiu em 25 de setembro de 1992 e na íntegra apenas em novembro de 1998)
- 1973 – Estatuto do Índio
- 1979 – Em Salvador, o 2º Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita
- 1982 – I Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), em Petrópolis (RJ)
- 1988 – Aprovação da nova Constituição do Brasil
- 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente
- 1991 – Código de Defesa do Consumidor entra em vigor
- 1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92
- 1993 – O Congresso Internacional sobre Educação em Prol dos Direitos Humanos e da Democracia institui o Plano Mundial de Ação para a Educação em Direitos Humanos
- 1993 – II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, aprova a declaração que define os direitos humanos como interdependentes, indivisíveis e irremovíveis; consagra a democracia como o regime político que melhor protege e promove os direitos humanos
- 1994 – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, a ter vigência a partir de março de 1995
- 1995 – Conferência Geral da UNESCO afirma o compromisso em dar prioridade à educação de crianças, adolescentes e jovens ante as formas de intolerância, racismo e xenofobia
- 1995 – IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, em Pequim

- 1995 – É criada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos
- 1996 – Lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I)
- 1996 – I Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 1997 – Morre o grande educador e escritor Paulo Freire
- 1997 – II Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 1998 – III Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 1999 – IV Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2000 – V Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2001 – Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), realizada em Durban, África do Sul
- 2001 – VI Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2001 – Estatuto da Cidade
- 2002 – Promulgada, no Brasil, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, pelo Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002
- 2002 – VII Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2002 – Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II)
- 2003 – VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2003 – Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
- 2003 – Estatuto do Torcedor
- 2003 – Estatuto do Idoso
- 2003 – Estatuto da Igualdade Racial
- 2004 – IX Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2004 – Lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
- 2004 – Estatuto do Desarmamento



A ONU aprovou formalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948. (Foto: Human Rights. Disponível em: <www.humanrights.com/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights.html>).

- 2005 – Unificação dos programas sociais de renda mínima no Brasil
- 2006 – X Conferência Nacional de Direitos Humanos
- 2006 – Atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
- 2006 – Criação do Conselho de Direitos Humanos da ONU
- 2009 – XI Conferência Nacional de Direitos Humanos e regulamentação do PNDH III
- 2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- 2013 – Estatuto da Juventude
- 2013 – Fórum Mundial de Direitos Humanos, Brasília



A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH). (Foto: Elza Fiúza/Agência Brasil).

Apesar da enorme dívida social que a sociedade brasileira ainda tem a saldar com a sua população, é fato que nas últimas décadas o Brasil tem obtido importantes reduções do grupo populacional situado abaixo da linha de extrema pobreza, por meio do desenvolvimento de políticas inclusivas e redistributivas, associadas à ampliação do acesso à educação e visando à atenção básica de saúde, emprego e moradia, com fortes investimentos em saneamento básico.

As políticas sociais em desenvolvimento têm sido reconhecidas mundialmente, transformando o Brasil numa importante referência na formulação de tecnologias sociais inclusivas de combate às históricas violações de direitos que marcam a nossa sociedade.

1.2 Principais desafios dos direitos humanos no Brasil

A desigualdade social e econômica é, ao mesmo tempo, fundamento e consequência do capitalismo. Se antes do capitalismo a economia baseava-se numa produção artesanal, a partir dele passou a se dar por meio de uma produção industrial, de larga escala. Com isso,

o próprio sentido do trabalho sofreu drásticas mudanças, passando a ser caracterizado por trabalho assalariado, já que o capitalismo forçou homens e mulheres a abandonarem suas atividades econômicas e a passarem a trabalhar como assalariados para aqueles que detêm os meios de produção.



As enormes desigualdades sociais são um dos principais motivos da revolta popular mostrada nas manifestações populares. (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil).

Surge assim uma ampla classe de trabalhadores que, cumprindo extensas jornadas diárias, passa a dispensar sua força de trabalho e energia física e intelectual em favor dos donos das máquinas, em troca de salário, e privados do direito de usufruir das riquezas materiais por eles geradas.

Essa divisão social do trabalho intensificou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas, tornando o direito ao usufruto das riquezas de um país um privilégio de poucos. A expansão da capacidade produtiva capitalista se apoiou, fundamentalmente, na desigual valorização dos trabalhadores, pagando salários menores para as ocupações entendidas como mais simples, apesar do dispêndio de energia física e intelectual por parte do trabalhador, e salários bem maiores para ocupações tidas como mais complexas, de natureza essencialmente intelectual.

Se a Revolução Industrial criou as condições para a produção abundante de insumos materiais necessários a uma vida melhor para todos e resolveu o grave problema da escassez dos períodos anteriores, o acesso a eles – tanto na forma de bens de consumo quanto de serviços – tornou-se ainda mais desigual, com os frutos do desenvolvimento econômico alcançado nas sociedades capitalistas repartidos de modo injusto, concentrando a riqueza dos povos nas mãos de poucos e mantendo bilhões de seres humanos privados dela. Estudos apontam (CALIXTO, 2013) que os 10% mais ricos do planeta detêm atualmente 86% da riqueza mundial, restando aos 90% da população repartir entre si os outros 14%.

No caso do Brasil, o capitalismo (re)produz a enorme desigualdade social e econômica entre a população, transformando-o num dos países com a maior taxa de concentração de renda do mundo.

A despeito de ter ultrapassado a condição de colônia portuguesa e do regime imperial, para ter ingressado na fase republicana, bem como superado o ciclo agrário-exportador para avançar na urbanização e industrialização, permaneceu praticamente incólume a apropriação de cerca de 75% de toda riqueza e renda nacional por apenas e tão somente uma elite branca e escolarizada formada por 10% de toda a população brasileira (POCHMANN, 2006, p. 102).

Os efeitos político-sociais que a desigualdade econômica produz são enormes, especialmente pelo fato de que, numa sociedade capitalista, aqueles que detêm o poder econômico também possuem o poder político, estabelecendo uma assimétrica correlação de forças em relação ao cidadão comum na disputa de interesses dentro da estrutura estatal.

Ainda segundo Pochmann (idem, p. 105), fica evidente a relação causal entre dois fenômenos: concentração da riqueza nacional nas mãos de poucos e a frágil experiência democrática da sociedade brasileira. Considerando o fato de que, em 500 anos de história, o Brasil acumula pouco mais de 50 anos de vivência democrática, é possível constatar que a vergonhosa concentração de renda tem suas raízes nos vários regimes e sistemas de governo não democráticos que vigoraram desde o seu início como nação.

É preciso compreender que a construção de uma sociedade mais justa e democrática implica exatamente a desconcentração e equânime distribuição dos poderes políticos e econômicos, que não é possível democracia política sem democracia econômica, e vice-versa.

Entre as décadas de 1970 e 1990, apesar do desenvolvimento econômico que o elevou à condição de oitava economia do mundo, a concentração da renda no Brasil alcançou níveis ainda maiores, desmentindo a tese que defendia que primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo, de que o crescimento econômico permitiria às pessoas, por meio do esforço pessoal, alcançarem melhores níveis de seguridade econômica e social e, com isso, naturalmente, diminuir a desigualdade.



Trabalho infantil em fábricas de garrafas de vidro nos Estados Unidos, em 1908. (Foto: Lewis Hine).

O que se viu foi o crescimento do desemprego, o descontrole da inflação, o aumento da violência na cidade e no campo e a renúncia do Estado na garantia de direitos fundamentais (como educação, saúde, moradia, transporte etc.), já que tal modelo econômico também defendia – e em certa medida deu concretude a essa tese – a privatização do Estado e a consequente transferência dos serviços essenciais à iniciativa privada.

No plano político, nesse mesmo período, o Brasil vivenciou o processo de redemocratização e o fim de uma ditadura militar que durou 20 anos, culminando na promulgação de uma nova constituição em 1988 que, ao menos no plano da lei, passou a assegurar à população importantes direitos políticos, sociais e civis.

Hoje as lutas em defesa dos direitos humanos no Brasil são muitas e há uma pluralidade de bandeiras sendo erguidas por movimentos sociais e sociedade civil organizada, como a luta pelo fim da tortura; contra a violência no campo; contra o trabalho escravo; pela igualdade racial; pela defesa das mulheres; pelo direito à saúde, educação, moradia e trabalho; pelos direitos da população de Lésbicas, *Guys*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT); entre tantas outras bandeiras de luta.



Feministas protestam por democracia em Santiago do Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet. (Foto: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos/Wikimedia Commons).

Essa pluralidade de bandeiras tem em comum a luta pelo fim da endêmica desigualdade social e política que marca a sociedade brasileira, por meio da defesa de políticas públicas que promovam justiça econômica e maior participação da população na gestão do interesse público. As pautas específicas presentes em cada um dos vários movimentos de luta em defesa dos direitos humanos devem entender que não alcançaremos justiça econômica sem o fortalecimento da frágil democracia brasileira.

Ao longo da história do Brasil, muitos lutaram contra aquilo que feria a dignidade humana, base da doutrina dos direitos humanos. Como exemplo, podemos citar os povos indígenas, que resistiram às invasões portuguesas ao longo de séculos e lutaram pelo direito de permanecerem em suas terras; negros que lutaram contra a escravidão do seu povo e pela liberdade; lutas operárias em defesa de condições mais dignas de trabalho desde o início do processo de urbanização e industrialização brasileira; trabalhadores do campo em defesa da reforma agrária; e movimentos de resistência ao Regime Militar; entre tantos outros.

Na esteira deste movimento pela redemocratização do país surgiram novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo, abrindo o caminho para uma revisão das estratégias de luta da classe trabalhadora em vários campos e forçando a incorporação de particularidades de gênero, “raça”, cultura etc. na formatação do ideário das lutas. Iniciaram-se as grandes greves de diversas categorias socioeconômicas, impulsionadas pelo movimento dos metalúrgicos no Grande ABC, em São Paulo. Em 1979 foi criado, em Santa Catarina, o Movimento dos Sem-Terra, prenunciando a criação do Partido dos Trabalhadores, que ocorreu em 1980. É do mesmo período o movimento de organização das favelas, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, fato que forçou o diálogo do Poder Público com as representações de interesses constituídas, em substituição ao tratamento social-darwinista dado a esses moradores, considerados marginais e criminosos (SOARES DO BEM, 2006, p. 1152).

Dada a especificidade deste caderno, daremos destaque aqui ao processo de institucionalização dos direitos humanos no Brasil, com base na *Constituição Federal de 1988*, que passou a assegurar muitos dos direitos que esses mesmos movimentos tanto defenderam e continuam a defender, por não estarem amplamente efetivados e universalizados, apesar de reconhecidos na forma de lei.

Embora o Brasil tenha sido um dos signatários da *Declaração dos Direitos Humanos*, de 1948, até a década de 1980 pouco fez para efetivar-se enquanto sociedade de direitos, tendo, inclusive, interrompido um governo de perspectiva popular e democrática e instaurado uma ditadura militar por 20 anos, o que deixou como herança o aprofundamento da desigualdade social e uma população com pouca experiência em participação política.

Ainda que a transição democrática vivida pelo Brasil na década de 1980 tenha sido protagonizada pelas lideranças políticas de então e reservado à população um papel coadjuvante em todo esse processo, é fato que a convocação de uma Constituinte em 1987 (que culminou na promulgação da *Constituição Federal de 1988*) foi uma vitória dos movimentos sociais da época, apesar de alguns limites em relação aos avanços propostos não contemplados.

Tanto o período Pré-Constituinte quanto o Constituinte transformaram-se numa experiência de formação para a cida-

dania e de conscientização política da sociedade brasileira. Se, de um lado, muitas das bandeiras dos vários movimentos de direitos humanos não encontraram adesão no Congresso Nacional e mostraram alguns limites da atual Constituição, de outro, ela incorporou uma série de direitos com base em emendas populares apresentadas diretamente pela própria sociedade.

Passados 27 anos desde a sua promulgação, há muitos aspectos da lei que ainda precisam de regulamentação e por isso são quase “letra morta”, mas não são poucas as conquistas na direção da institucionalização dos direitos humanos, como o reconhecimento da infância como detentora de direitos fundamentais específicos, o que possibilitou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, em 1990, reconhecido como um dos principais instrumentos de luta pela efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Os direitos à saúde, à previdência e à assistência social passaram a ser amparados constitucionalmente, o que criou as bases para a posterior criação do Sistema Único de Saúde (SUS), das Leis Orgânicas de Assistência Social (LOAS) e da Previdência Social. São conquistas cujo processo de regulamentação e implementação não se deu sem tensões e disputas políticas, cabendo aos movimentos sociais um importante papel na defesa pela incorporação das pautas populares que representavam.

Cabe ainda destacar: o Sistema Nacional dos Direitos Humanos (SNDH), enquanto conjunto de instrumentos, mecanismos e órgãos articulados de defesa e promoção; o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), com diretrizes e metas; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que estabelece caminhos para uma melhor compreensão e engajamento da própria sociedade e a consequente construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática; além de outros mecanismos de institucionalização dos direitos humanos no Brasil.

A busca por justiça social e econômica implica uma maior equidade na distribuição da riqueza. Em contraposição às lógicas do mérito e hereditariedade, a sociedade brasileira só conseguirá melhores níveis de desenvolvimento se reconhecer o usufruto das suas riquezas como um direito de todos e não privilégio de alguns.

Estudos socioeconômicos apontam que, na última década (mais precisamente de 2003 para cá) o Brasil tem conseguido não apenas frear a tendência histórica de aumento da desigualdade, mas, em certa medida, diminuí-la, por meio do desenvolvimento de políticas macroeconômicas associadas a um conjunto de políticas de ampliação do acesso à educação, trabalho, saúde, moradia e participação política. Os avanços e conquistas alcançados nesta última década são muito significativos, mas os desafios ainda são muito grandes até que a dívida social seja saldada.

1.3 Os direitos humanos e a luta por um outro mundo possível

É próprio dos que lutam em defesa dos direitos humanos e da construção de uma sociedade socialmente justa, equitativa e democrática sonhar com novas realidades para a humanidade. Trata-se de um engajamento histórico dos que reconhecem a esperança como princípio fundante da sua presença no mundo.

Essa esperança é entendida como o ímpeto natural possível e necessário que nos leva a projetar outras realidades, fomentando atitudes utópicas em relação à vida.

De origem grega, a palavra “utopia” deriva dos termos “*ou*” (que indica negação) e “*topos*” (lugar); significando o “não lugar”, ou “o lugar que não existe”. O uso do termo, contudo, tornou-se

célebre por conta do escritor inglês Thomas Morus (1480-1535), que identificou a utopia como um país imaginário. Nessa perspectiva, o papel histórico e social dos que lutam em defesa dos direitos humanos deve ser realizado pisando o chão do presente e projetando socialmente possíveis futuros, lugares que ainda não existem, tendo por base a realidade herdada do passado.

[...] na verdade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um “percebido destacado” pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade (FREIRE, 1992, p. 206-207).

Invariavelmente, desejamos um mundo bem diferente do que temos hoje, organizado de forma mais justa e comprometida com o bem-estar de todas as pessoas. No entanto, sabemos que se trata de uma realidade ainda em construção, que exige de todos compromissos ético-políticos que favoreçam a criação de possibilidades inéditas e caminhos inovadores para o enfrentamento de velhos problemas.

Por essa razão, não podemos tratar a esperança como um sentimento fugaz e inconsequente. As emoções que nos tomam a alma ao longo da trajetória de luta só podem traduzir-se em esperança quando associadas a uma ação coletiva sobre o mundo. Toda a esperança se fertiliza no agir humano e na caminhada; a esperança que se sente na simples contemplação da história é uma emoção estéril.

O caminho para tornar nossa presença menos contemplativa e mais ativa, visando à transformação, está na reflexão crítica sobre a realidade enquanto ação consciente e conscientizadora sobre o tempo e o lugar em que nos situamos. Como captamos da realidade apenas aquilo que nossa visão de mundo alcança, teremos mais condições de apreendê-la se as Leituras do Mundo forem compartilhadas, permitindo o diálogo.

Em síntese, quem atua na defesa dos direitos humanos encontra na leitura da realidade e na reflexão crítica sobre ela fundamento teórico-prático capaz de mobilizar outros sujeitos em torno de suas bandeiras e de fomentar compreensões e propostas que podem vir a se desdobrar em planos e pactos coletivos de ação transformadora. Entretanto, é preciso considerar que a realidade evidencia um histórico conflito de interesses sociais, com uma classe exercendo poderes políticos, econômicos e culturais sobre outra. Esse conflito revela a existência de grupos que não veem a necessidade de transformar a realidade, do seu ponto de vista entendida como boa e adequada, apesar de promover a naturalização da violência, da fome e da miséria.

Os direitos humanos têm-se apresentado como princípio orientador na direção de uma humanidade menos desumana. Não são poucos os personagens que passaram pela história e que ainda nos inspiram a prosseguir nessa luta e, consequentemente, a sonhar um outro mundo possível: Martin Luther King, Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Desmond Tutu, Madre Teresa de Calcutá, em âmbito internacional; e, no Brasil, Dom Hélder Câmara, Margarida Genevois, Dom Paulo Evaristo Arns, Paulo Freire, Therezinha Zerbini e Dalmo de Abreu Dallari. Além deles, cada cidadão que se engaja anonimamente nos movimentos sociais, órgãos colegiados etc., diariamente, faz toda a diferença.

2. Cidadania e a nossa presença no mundo

2.1 A dimensão histórica do existir humano e da democracia

O propósito deste tópico é refletir sobre a dimensão histórica do existir humano e da própria democracia, reunindo subsídios que ajudem na compreensão das questões relativas aos direitos humanos e à cidadania, tema central deste caderno. Nossa presença no mundo contemporâneo tem na cidadania seu maior predicado. É por meio dela que nos constituímos como pessoas, reafirmando nossa individualidade e reconhecendo-nos como sujeitos coletivos pertencentes a determinado lugar no mundo.



Escravos em uma fazenda de café no Brasil, c.1885. (Foto: Marc Ferrez/Wikimedia Commons).

A cidadania, bem como a doutrina filosófica e jurídica que lhe dá materialidade hoje, é fruto de uma longa construção histórica. Refletiremos agora sobre alguns dos pressupostos que a fundamentam para, em seguida, relacioná-la à temática dos direitos humanos na cidade de São Paulo. O caminho escolhido para isso será refletir um pouco sobre a dimensão histórica do existir humano, sua politicidade, a ideia de povo e de participação social, bem como sobre as ameaças que a própria cidadania enfrenta em razão das violações dos direitos fundamentais que ela assegura à população de um país.

Desde o início da civilização o ser humano passou a criar realidades novas para o seu existir. Diante da fragilidade do seu corpo ante o frio, criou roupas e casas para se proteger; ao descobrir o fogo, passou a cozer os alimentos e temperá-los com especiarias, descobertas ao longo das suas observações e análises sobre a natureza; assim como a descoberta da roda também propiciou novas condições para o seu existir e agir sobre a natureza. Enfim, roupas, sapatos, roda, utensílios de cozinha, são bons exemplos de construções indispensáveis para o existir humano que a natureza não nos ofertou e cuja criação dá-se o nome de cultura.



Em sua relação com a natureza, o homem percebe-se sujeito da práxis, capaz de agir sobre ela e transformá-la por meio de atividades práticas providas de intencionalidades específicas e de consciência. Diferentemente dos animais, que se mantiveram presos à natureza, os humanos, descobrindo-se capazes de agir sobre ela e emprestar-lhe novos sentidos, dela se distanciaram, desenvolvendo-se no território da cultura. É no interior da cultura, esse hábitat artificial, que nos fazemos humanos; e pode-se dizer que o contrário também é verdadeiro: os homens, ao produzirem a si mesmos, produziram, por consequência, a própria cultura.

A natureza é constituída de leis próprias, e seu funcionamento e existência são determinados por elas. A cultura, enquanto hábitat artificial humano, também é regida por leis, embora elas sejam criações humanas e passíveis de modificações. Compreender essa dimensão ontológica do ser humano como um ser cultural nos ajudará mais adiante a refletir sobre a realidade enquanto fenômeno sujeito à ação transformadora do homem.

Além de cultural, o homem se fez sujeito histórico, transpondo a dimensão do tempo presente e incorporando à sua existência as dimensões passado e futuro. Diferentemente dos animais, que se encontram presos a um hoje permanente, os seres humanos descobriram-se capazes de acumular memórias do passado e projetar sonhos para o futuro.

Existir para além do tempo presente fez do homem um herdeiro de tudo aquilo que foi produzido antes dele pela humanidade, e a apropriação de toda essa herança pode ser entendida como um ritual de filiação cultural. Humanizamo-nos e potencializamos dentro de nós o legado da humanidade inteira exatamente quando nos inserimos na cultura humana e passamos a (re)produzi-la em nós e no mundo.

A (re)produção cultural somente é possível ao homem em razão da compreensão de si enquanto sujeito dotado de uma consciência que encontra materialidade na palavra, na linguagem. A práxis humana, enquanto atividade prática que o homem exerce sobre a realidade natural e cultural em que se vê situado, dá-se por meio do trabalho e da palavra, ou seja, de uma ação consciente. Nesse sentido, os homens se fundam *no* e *pelo* trabalho, *na* e *pela* palavra. Negar o direito ao trabalho ou à palavra é negar o direito à própria vida.

A história é uma produção humana que se dá por meio de uma complexa trama que encontra na cotidianidade a ambiência espaço-temporal necessária para se desenvolver, dando concreticidade à sua existência. É nela também que o ser humano se conscientiza da sua natureza ontológica enquanto ser histórico-cultural.

Hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, necessitam também – hoje mais do que nunca – de uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma verdadeira consciência da práxis (VÁZQUEZ, 2007, p. 57).

No entanto, ao mesmo tempo em que a cotidianidade materializa e aproxima o homem da sua vocação histórico-cultural, oferecendo-lhe o ambiente espaço-temporal necessário para as suas atividades produtivas, políticas e simbólicas, ela, dada a sua natureza dialética, também aliena os sujeitos em relação à sua própria vocação humana. Segundo Kosik (1976, p. 72), “a cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde”.

Ela possui outras características que impedem o sujeito de apropriar-se da própria realidade, reproduzindo um tipo de existência que o mantém distante da sua natureza ontológica como ser histórico-cultural. Essa possibilidade de alienação em relação ao sentido histórico aumenta na medida em que a vida cotidiana também se caracteriza pela repetição e padronização do dia a dia, já que “a incapacidade de automatizar determinadas ações da vida impede os homens de viver” (idem, p. 77). Assim, na cotidianidade, as atividades humanas e o modo de viver tendem a se transformar em um instintivo e irrefletido mecanismo de ação e de vida.

Separada da história, a cotidianidade é esvaziada e reduzida a uma absurda imutabilidade, enquanto a história, separada da cotidianidade, se transforma em um colosso absurdamente impotente sobre a cotidianidade, sem poder mudá-la, sem poder eliminar a banalidade nem lhe dar um conteúdo (idem, p. 73).

Tomar consciência de si no mundo é compreender-se sujeito histórico-cultural, cujo existir se dá diariamente, que não pode ser separado da história. É o caso, por exemplo, de movimentos sociais organizados em torno de questões relativas ao direito à moradia, que protagonizam sua luta no plano do cotidiano, mas conscientes da realidade histórica em que estão inseridos, o que dá ao movimento significados mais amplos.

No entanto, ao mesmo tempo em que os homens tomaram consciência de si enquanto sujeitos da liberdade, capazes de superar os limites do próprio corpo e, diferentemente dos animais, transcendê-lo, também se reconheceram sujeitos da falta, seres inconclusos e inacabados. E na dialética relação entre a liberdade para ser mais e a incapacidade de ser mais sem a ajuda do outro é que os homens se humanizaram, descobriram-se sujeitos históricos, políticos, da cultura.

Homens e mulheres, ao longo da história, vimo-nos tornando animais deveras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade (FREIRE, 1997, p. 100).

A incapacidade de ser mais sem a ajuda do outro é que levou o homem a compreender-se como um ser de relações. Ao homem não é dada a possibilidade de se assumir como um ser autômato, de existir por si só sem influência externa, sem a ajuda do outro. Como um ser de relações, foi constituindo-se sujeito da política, palavra de origem grega derivada do termo “polis” (cidade), que pode ser traduzida como “a arte de viver na cidade”.

Diante da impossibilidade de existir na natureza, o homem se fez sujeito da cultura, criando em torno de si um mundo próprio, que se materializou também na forma de cidades. Do mesmo modo que existem leis no mundo natural renunciado, o homem, ao criar o seu próprio mundo, viu-se também obrigado a criar leis próprias que pudessem fazê-lo funcionar.

A política, nesse sentido, pode ser entendida como o arranjo criado pelos homens para viabilizarem o seu existir nesse hábitat cultural chamado cidade, e pode-se dizer que não há vida humana fora da política. É por meio dela que os humanos transformam seu tempo e seu lugar.

Como animais sociais, os seres humanos encontraram na política a alternativa para se dotarem de certos poderes e, em nome dos demais, administrarem os interesses da coletividade da qual fazem parte. Na tradição da filosofia, política tem a ver com a ideia de cidade e de poder. Política como o usufruto do poder de decidir sobre o bem comum ou política como a arte de repartir poder entre os cidadãos, ela assumiu vários formatos ao longo da história da humanidade. Entre eles, destacamos aqueles com uma feição autoritária – cujo poder permanece concentrado nas mãos de uma única pessoa (ou algumas poucas), expropriando as demais de qualquer poder – e aqueles com uma feição mais democrática, em que o poder, em tese, é repartido entre todos os cidadãos.

A expressão “democracia”, de origem grega, quer dizer “o governo do povo”. Deriva dos termos “demo” (povo) e “cratos” (regime). Com o desenvolvimento do Estado moderno, as ideias de democracia e de política assumiram complexidades muito maiores que as aqui caracterizadas, mas é fundamental revisitar a origem de tais ideias e situá-las historicamente, reafirmando a democracia como arranjo político humano ainda não esgotado nas suas possibilidades e assim

defendê-la. Se nos dias de hoje a democracia vem sendo atacada e é alvo de questionamentos quanto à sua capacidade de resolver os dilemas que marcam a vida social, é preciso afirmar, como contra-argumento, que a democracia se aprimorará e se aperfeiçoará com mais democracia, mais participação social e melhor redistribuição dos poderes políticos entre os cidadãos. Fora da democracia, a existência humana se despotencializa.

2.2 Povo, cidadania e participação social

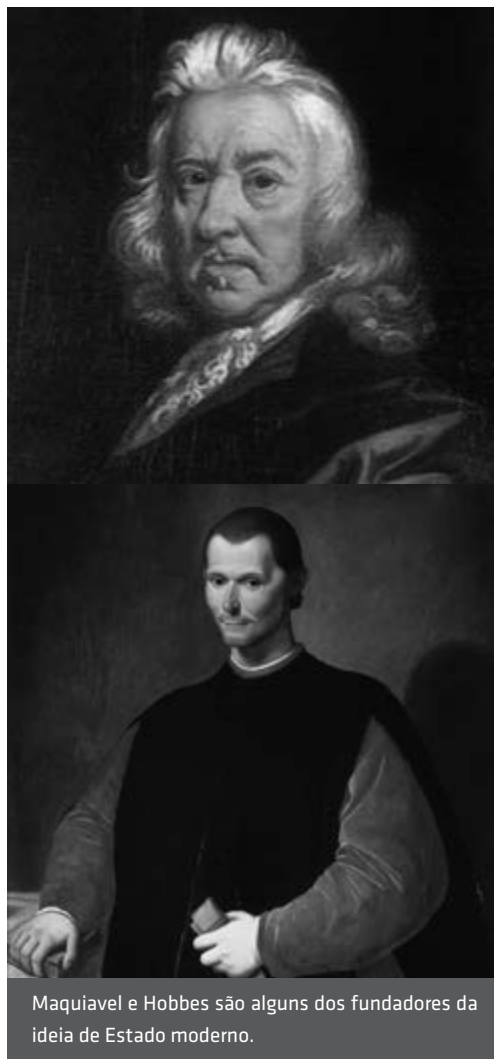
Do ponto de vista geopolítico, o mundo está dividido em Estados-nação, modelo que vem sendo construindo historicamente desde o século XVI, com o surgimento do Estado moderno, que, em substituição à organização social feudal, passou a ser o portador da soberania política e militar de um determinado grupo social (de origens culturais comuns ou não) reunido num território delimitado por fronteiras. Desde o seu surgimento, o conceito de Estado-nação assumiu as mais variadas formas de governo.

O atual Estado moderno democrático – que a República Federativa do Brasil assumiu para si por meio da Constituição Federal – é uma instituição social que monopoliza o uso legítimo da autoridade, tanto para defender a integridade das suas fronteiras territoriais quanto para preservar a integração social e a ordem interna de sua população, que, com base no conjunto de direitos e deveres sociais estabelecidos no âmbito do Estado, exerce a sua cidadania.

O cidadão é o membro de uma comunidade política denominada Estado, que encontra na Constituição Federal a expressão máxima da vontade do povo. No caso brasileiro, em seu artigo 3º, ela afirma ter os seguintes objetivos: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A “república”, palavra originada do latim *“res publica”*, cujo significado literal é “coisa do povo”, consiste na formação de um governo em que o cidadão concede, por meio de eleição direta, uma licença pública para que seus representantes exerçam, por vias democráticas, o poder político e administrativo sobre o Estado em nome do povo.

A República Federativa do Brasil se dá por meio da união de três poderes, o legislativo, o executivo e o judiciário, que, apesar de independentes, exercem controles recíprocos visando ao adequado manejo da coisa pública por cada um deles e o cumprimento de uma série de direitos civis, políticos e sociais que o Estado deve assegurar aos cidadãos.



Maquiavel e Hobbes são alguns dos fundadores da ideia de Estado moderno.

Direitos civis

Referem-se aos direitos considerados fundamentais à vida em sociedade, como o reconhecimento da igualdade entre as pessoas perante a lei, a inviolabilidade de domicílio, a presunção de inocência, a liberdade de expressão, o *habeas corpus*, entre outros.

Direitos políticos

São aqueles que asseguram a participação dos indivíduos no governo da sociedade, como o direito ao voto, o direito à associação partidária e o de se eleger, entre outros.

Direitos sociais

Dizem respeito ao pleno usufruto, pelo indivíduo, da riqueza produzida pela sociedade, incluindo o acesso a serviços básicos, como educação, saúde, saneamento urbano, moradia, cultura, esporte, previdência etc.

Historicamente, o Estado moderno foi constituindo-se com base num amplo conjunto de doutrinas e fundamentos políticos e jurídicos. Aqui propomos refletir um pouco sobre a ideia de povo, de cidadania e de participação social, tendo por referência o artigo 1º, parágrafo único, da nossa *Constituição Federal de 1988*; que declara que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Ao declarar que todo o poder emana do povo, reconhece-se o povo como personalidade jurídica detentora dos poderes que o Estado brasileiro reúne em torno de si. Se em regimes autocráticos o poder político está concentrado em uma única pessoa, num Estado democrático esse poder é transferido ao povo, enquanto sujeito coletivo titular de uma certa cidadania e fundamento da ideia de soberania popular.

[A democracia é] aquela forma de exercício da função governativa em que a vontade soberana do povo decide, direta ou indiretamente, todas as questões de governo, de tal sorte que o povo seja sempre o titular e o objeto, a saber, o sujeito ativo e o sujeito passivo do poder legítimo (BONAVIDES, 1993, p. 13).

No entanto, se por um lado o povo foi reconhecido pelo conjunto doutrinário que caracteriza o Estado democrático de direito como destinatário do poder político (antes pertencente às monarquias e aos soberanos nos regimes absolutistas), por outro é preciso considerar que a democracia não está assegurada pela simples menção na lei de que “é do povo que emana todo o poder”.

Como exemplo disso podemos citar a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que alterou o texto constitucional original de 1967 em plena Ditadura Militar, declarando, no parágrafo primeiro do seu artigo 1º, que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Ainda que a *Constituição Federal de 1988* tenha revisitado esse artigo e dado a ele sentidos mais amplos e favoráveis ao processo de democratização da sociedade brasileira, a simples menção no texto constitucional, por si só, não levará o povo a assumir sua soberania sobre o país.

São inúmeras as razões para isso, mas a própria heterogeneidade do conceito de *povo* nos ajuda a entender essa impossibilidade. O povo, enquanto personalidade jurídica, abrange uma pluralidade de vontades, ideologias e visões de mundo, por isso não se trata de um sujeito homogêneo. Nesse sentido, há extratos, parcelas desse mesmo povo que não querem a democratização da sociedade, exatamente pelo fato de a democracia ameaçar os privilégios políticos e econômicos que hoje gozam em relação ao Estado.

É bem verdade que, desde a redemocratização da década de 1980, o povo brasileiro tem exercido a sua soberania durante as eleições municipais, estaduais e nacionais, escolhendo os seus representantes por meio de eleições livres. Existe, porém, uma assimétrica correlação de forças que esses mesmos processos eleitorais escondem, pois enquanto o povo entra com o voto o grande capital entra com vultuosos recursos financeiros na forma de doação de campanha, muitas vezes encobrindo uma disfarçada troca de favores, cuja fatura será, em algum momento, paga pelo próprio Estado.

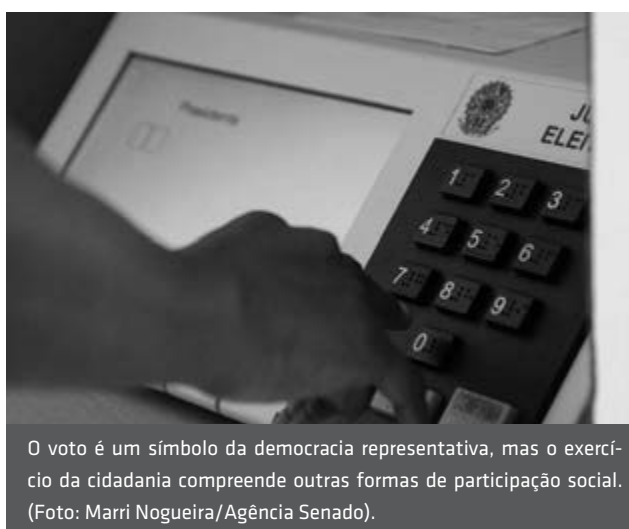
Mesmo com todas essas ressalvas, a história recente das eleições livres que vivemos no país ilustra bem o sentido de soberania que o povo goza num Estado democrático de direito. Esse sentido não se esgota no direito ao voto popular. O povo, enquanto portador de uma cidadania democrática, deve assumi-la na sua integralidade e exercê-la em sua plenitude.

A participação social é um desses importantes mecanismos políticos de ampliação da cidadania e dá materialidade e concretude à declaração constitucional de que o povo deve exercer o seu poder não só por meio de representantes eleitos, mas também de forma direta.

A democratização do Estado democrático de direito passa pelo fortalecimento da participação da população na gestão das políticas públicas que o Estado implementa. Não é mais possível imaginar uma população alienada e entregue aos desejos políticos de uma classe política que, apesar de eleita democraticamente e de gozar de certas prerrogativas constitucionais, não é capaz de implementar sozinha as políticas que a sociedade demanda.

Diferentemente do que argumentam setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira, a participação social e o maior envolvimento da população na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas não esgotam nem concorrem com os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) vivencia, neste momento, importantes movimentos rumo à institucionalização da participação social, mediante a criação de um decreto que estabeleça um *modus operandi* que a viabilizará na cidade. Dessa forma, apresenta-se como exemplo às demais cidades e estados brasileiros, exatamente por compreender a participação social como um método de gestão pública coerente com os preceitos constitucionais.



O voto é um símbolo da democracia representativa, mas o exercício da cidadania compreende outras formas de participação social. (Foto: Marri Nogueira/Agência Senado).

2.3 A luta pela democratização do Estado no Brasil

Já são 27 anos ininterruptos de regime democrático desde o último processo de redemocratização, que culminou com a *Constituição de 1988* – fato inédito e amplamente comemorado entre nós. Essa idade mais “avançada”, pelo seu ineditismo na nossa história nacional, poderia talvez servir de razão para afirmarmos que somos uma democracia provada em sua eficiência, madura nas suas práticas e valores e vigorosa na defesa desse modelo político. Poderia, mas a realidade histórica brasileira ainda não nos permite tal afirmação.

Primeiramente, porque a democratização da vida política não costuma caminhar com a democratização da vida social e econômica. Apesar das práticas democráticas ao longo destes 27 anos – comprovadas pela eleição de um operário e de uma mulher para o cargo máximo da política nacional –, continua existindo uma imensa desigualdade econômica, com uma enorme quantidade de pobres ainda sem acesso a bens e serviços de qualidade. Outro aspecto limitante é o fato de a prática democrática na vida pública estar em descompasso com a prática autoritária que se vive, via de regra, no contexto familiar, escolar e do trabalho. A cultura que nos constrói e nos conforma, desde a infância, é a do autoritarismo e não a da democracia.

Não tememos apontar a nossa inexperiência democrática, responsável por tantas manifestações de nosso comportamento, como a matriz desta educação desvinculada da vida, autoritariamente verbal e falsamente humanista, em que nos desnutrimos [...]. É este gosto da verticalidade, do autoritarismo, enraizado em nossas matrizes culturais, que refletem a nossa inexperiência democrática, [...] que nos faz insistir, mais que tudo, neste centralismo asfixiante em que nos debatemos (FREIRE, 1959, p. 9).

São grandes as diferenças entre a construção formal de um regime democrático e a construção de práticas efetivamente democráticas. A primeira é relativamente fácil e simples, consistindo basicamente na criação e regulamentação de espaços para o funcionamento da participação da população. A segunda – das práticas e valores efetivamente democráticos – é muito mais difícil e complexa, por diversas razões. A atual gestão municipal de São Paulo, comprometida com a democratização do Estado brasileiro, vem desenvolvendo seu plano de governo em diálogo permanente com a população, por meio da criação de um amplo conjunto de mecanismos institucionais de participação social que assegure ao cidadão tomar parte nas decisões em relação à sua cidade.

A participação social se dá nos espaços e mecanismos de controle social, como conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São espaços e formas de organização e atuação da participação social, entendida como categoria e como conceito metodológico e político pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, fiscalização, acompanhamento e implementação de políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre o governo e a sociedade civil.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania estimula e transversaliza a participação social, em toda a administração pública. [...] A participação deve estar garantida em todas as secretarias, cabendo à SMDHC articular o desenvolvimento de mecanismos de participação. [...] Transversalizar a participação social esbarra na tradição departamental da prefeitura de São Paulo. Exige capacidade de uma gestão mais articulada e integrada das áreas. [...] A sociedade deseja maior participação na formulação e monitoramento das políticas públicas. Mas há uma herança de baixa participação. As pessoas não sabem participar. Precisam ser formadas para a participação. [...] Formação nos conduzirá a outros níveis de participação e conscientização política. Fragmentos da palestra de Rogério Sottili realizada em 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=TskzrhaGR-s>. Acesso em: 30 out. 2015.

Esse entendimento tem levado toda a máquina administrativa municipal a se reinventar na direção da superação da lógica da verticalidade e da burocracia, passando a compreender a participação social como um método de governar uma cidade tão plural, tão complexa e desafiadora como São Paulo.

3. Cidadania e direitos humanos no município de São Paulo

3.1 Cidade, cotidiano e história

O Brasil se constitui da união de coletividades regionais que exercem a sua autonomia política e administrativa com base nas disposições constitucionais compartilhadas entre os entes federados que o integram, a saber, Estados, Municípios, Distrito Federal e União. Estes podem ser entendido como espaços político-sociais onde as pessoas organizam coletivamente o seu existir, produzindo e acessando aquilo que necessitam para viver.



Fernando Haddad e Eduardo Suplicy no lançamento do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo. (Foto: Fabio Arantes/Secom).

Um município como São Paulo não se define apenas pela divisão geográfica que delimita suas fronteiras político-administrativas em relação ao restante do país. Define-se, também, por exemplo, por sua identidade cultural e características urbanísticas, ambientais e produtivas. Situado numa área territorial que abrange zonas rurais e urbanas, espera-se que o município seja capaz de

distribuir entre seus habitantes tudo aquilo que produz ou que nele existe, de forma socialmente justa e economicamente democrática, repartindo entre todos suas riquezas e oportunidades.

Viver em sociedade é uma necessidade vital de todos, e São Paulo dispõe de possibilidades e potencialidades para as pessoas se integrarem e viabilizarem sua existência material, política e cultural. Apesar disso, dada as históricas desigualdades sociais e econômicas que reproduz, viver em São Paulo não é uma experiência tão simples para uma importante parcela da população, impedida de usufruir de direitos fundamentais.

A dinâmica social presente no interior da cidade desafia as pessoas a exercerem sua individualidade considerando os interesses e as necessidades dos coletivos humanos dos quais fazem parte. Cabe à administração municipal desenvolver políticas públicas capazes de transformar uma cidade num bem comum e não de apenas alguns, extinguindo privilégios e atendendo às demandas individuais por meio da universalização da própria cidadania.



A lógica capitalista de desenvolvimento urbano tornou o planejamento refém do mercado imobiliário, com consequências como a gentrificação. (crédito: Dornicke/Wikimedia Commons).

Historicamente, as cidades se desenvolveram apoiadas na lógica da desigualdade e, em vez de se constituírem como grande centro promotor de direitos, transformaram-se em centros regionais de privilégios, oferecendo apenas a alguns as condições necessárias para se viver com dignidade e mantendo um grande contingente populacional de excluídos.

O fato é que o modo capitalista de organização social transformou as cidades num lugar de violação dos direitos fundamentais das pessoas. Mesmo ligados uns aos outros numa vida comum, a mercantilização da vida imposta pelo capitalismo criou inúmeros impedimentos ao pleno acesso de todos às riquezas e oportunidades presentes.

Ainda que haja o reconhecimento de que todos são iguais perante a lei, para se viver dignamente é necessário deter poderes econômicos, políticos, sociais e culturais. A democratização de uma sociedade está em garantir o pleno exercício de tais poderes, em prol do bem-estar pessoal e da cidadania de todos. O direito à cidade passa pela compreensão dela enquanto ambiente espaço-temporal promotor do encontro de cotidianos, de histórias de vida, de pessoas que existem com base naquilo que a cidade oferece ou nega aos seus cidadãos.

É sabido que o cotidiano das periferias não é o mesmo dos bairros centrais. Ainda que amparados por uma mesma lei que lhes assegura direitos fundamentais, os cidadãos de uma mesma cidade experienciam diferentes possibilidades de vida de acordo com os espaços urbanos em que se situam.

A sociedade do futuro será tanto mais valiosa e autêntica quanto mais favorecer o desenvolvimento integral da pessoa, o compromisso comunitário, a comunhão fraterna e o diálogo, e o processo de participação popular. [...] Quer dizer, é preciso passar do homem individualista, competitivo e destruidor ao homem essencialmente comunitário (GUTIÉRREZ, 1999, p. 58).

Uma cidade como São Paulo, com bairros mais populosos que muitas cidades médias do Brasil, impõe ao poder público municipal grandes desafios em relação à sua transformação em centro de direitos, onde todos possam se realizar e vivenciar um cotidiano coletivo fraterno, humanizador, promotor de direitos e fundamentado no absoluto respeito à dignidade humana.

A PMSP, ao implementar uma nova agenda de direitos humanos na gestão 2012-2016, entende que a promoção das liberdades e o exercício da cidadania são princípios fundamentais para a desconstrução da cultura de violações. Com esse intuito, a criação da Coordenação de Promoção do Direito à Cidade – que deve ser compreendida no contexto das grandes manifestações de junho de 2013 sobre a mobilidade urbana – representa uma resposta da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) às diversas formas de violação dos direitos humanos e de cerceamento da cidadania e da liberdade promovidas pelas últimas gestões, bem como adota uma política de incentivo à ocupação do espaço público.

Assim, possui os seguintes objetivos:

- estabelecer uma política de ocupação do espaço público urbano voltada para a promoção de uma cultura de afirmação, de garantia dos direitos humanos e da cidadania nas ruas;
- promover a mobilização e a territorialização da política de direitos humanos e de participação social na cidade de São Paulo com base na ocupação do espaço público pela cidadania;
- favorecer a ressignificação do espaço público, compreendido como espaço de encontro dos diferentes e da explicitação dos conflitos;
- responder às demandas de coletivos, movimentos e pessoas que organizam iniciativas de intervenção urbana;
- fortalecer as diferentes iniciativas de ocupação do espaço público pela cidadania, entendidas como forma inovadora e não institucionalizada de participação social;
- fomentar a retomada do sentido público da cidade, do espaço de encontro e convívio, garantindo a promoção da pluralidade e da diversidade;
- apoiar a construção do sentimento de pertencimento à cidade.



A priorização de soluções coletivas para o problema de mobilidade urbana (como corredores de ônibus e ciclovias) ampliam o uso e a percepção da cidade, e são uma marca da atual gestão da PMSP. (crédito: Fabio Arantes/SECOM).

O anseio político desta gestão pública municipal é colaborar para a construção de respostas plurais, criativas e sólidas, de forma a partilhar a riqueza da cidade mais igualitariamente, sugerindo como alternativa concreta o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, com o apoio do governo federal e do setor privado. Nesse sentido, o direito à cidade, compreendido historicamente como acesso aos bens e serviços públicos, amplia e soma-se ao desafio de garantir os direitos humanos.

3.2 A participação social como princípio de gestão da cidade

Nas últimas décadas, a doutrina neoliberal determinou, com certa hegemonia, os rumos das políticas públicas no Brasil, subordinando as funções do Estado aos interesses do mercado e reduzindo os investimentos em políticas sociais.

Essa orientação não apenas manteve práticas conservadoras de gestão pública como fortaleceu paradigmas e modelos tecnocráticos e clientelistas de administração da vida pública, por meio de mecanismos que inibiram ainda mais a participação da sociedade na construção de suas políticas. A gestão do interesse público passou a ser entendida como prerrogativa de técnicos e especialistas, sendo negado à população o direito de discutir, analisar e acompanhar os rumos das políticas a serem implementadas pela administração local.

Além da pouca tradição em deliberar sobre projetos públicos no Brasil por conta de regimes autoritários, as políticas neoliberais do período recente nunca priorizaram o efetivo desenvol-

vimento de uma cultura de participação social na gestão do interesse público, e pode-se dizer que essa é a disputa central da democracia brasileira atualmente. Trata-se de um processo de qualificação da democracia, diante de uma democracia formal que proclama direitos, mas não os atende. Ampliar a cidadania é um dever de uma sociedade que quer avançar. O Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), organiza e consolida o que já existe e avança na proposta de que outras esferas, além do governo federal, adotem a participação como “método de governo”; entretanto, houve uma reação raivosa das elites na mídia e no Congresso. É um sinal de que o país deve enfrentar definitivamente uma batalha pela democracia participativa, um direito constitucional e humano – embora as elites não tolerem mais avanços nas políticas sociais. A batalha está ligada umbilicalmente à outra: a reforma política. Sem ela, o capital continuará dando as cartas e aprovando no Congresso as leis que o beneficiam, em detrimento da justiça social e da superação das desigualdades.

Por esse motivo, um dos grandes desafios estruturais reside no embate de lógicas distintas, de conceitos sobre o que é desenvolvimento. No centro desse conflito, as diversas políticas e programas públicos que operam com a mobilização e articulação social não podem fechar os olhos para esse dilema, considerando que o curso natural costuma ser o do predomínio do interesse privado e corporativo, dos sacrifícios exigidos pela governabilidade e da cooptação e acomodamento de lideranças populares e comunitárias.

A cidade de São Paulo tem desenvolvido ações de enfrentamento a esse contexto histórico por meio da implementação de políticas que institucionalizam a participação social na administração municipal. Observamos que, nesta mesma coleção de Cadernos de Formação da SMDHC, há um caderno chamado “Participação Social e Direitos Humanos”, que permite ampliar o conhecimento e a reflexão sobre toda a trajetória de lutas ocorridas no município para viabilizar e construir, processual e historicamente, a participação social.



O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, durante cerimônia de adesão ao compromisso nacional de participação social e municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). (Foto: Comunicação SMDHC).

Traçando um rápido panorama, percebe-se que, a partir da segunda metade do século XX, São Paulo experimentou diferentes experiências de participação social, seja no contexto das pastorais sociais da Igreja Católica, seja nos movimentos de Educação Popular e de mobilização social. Ao aderir ao Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social, a cidade oficialmente se compromete a fortalecer o processo de transformação interna da administração pública, o que, evidentemente, contribui para o fortalecimento da cidadania, dos direitos humanos e da luta contra a ofensiva de setores conservadores na sociedade paulistana, como já vem acontecendo em âmbito nacional.

Diante do compromisso público de avançar no desenvolvimento de políticas sociais que consolidem a participação social em todos os cantos da cidade e de empreender ações estruturantes que favoreçam um desenvolvimento econômico e social inclusivo e não excludente, listamos a seguir alguns dos programas e ações da atual administração municipal, todos eles apresentados e debatidos nos demais Cadernos de Formação desta coleção:

- **Governo Aberto na cidade de São Paulo:** objetiva uma gestão pública transparente e participativa e o consequente fortalecimento da democracia, da integridade pública e dos mecanismos de prevenção e combate à corrupção. Para isso, por meio do Decreto nº 54.794, de 28 de janeiro de 2014, foi instituída a São Paulo Aberta e o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP). Inclui ainda: #GabineteAberto, um programa semanal, ao vivo, transmitido pela internet, em que os secretários da gestão pública são convidados a falar sobre os temas de suas pastas; o Portal São Paulo Aberta, uma ferramenta de diálogo e interação virtual da prefeitura.

- **Planeja Sampa:** plataforma digital que permite o acompanhamento da execução de cada meta e projeto em andamento por meio do Sistema de Monitoramento Público do Programa de Metas.

- **Conselho da Cidade de São Paulo:** regulamentado em março de 2013, é um órgão consultivo de assessoramento imediato ao prefeito para a implementação de um desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, bem como para a formulação de políticas, indicações normativas e ações governamentais específicas, entre outras.

- **Revisão participativa do Plano Diretor Estratégico (PDE):** primeira etapa do processo de revisão do marco regulatório de política urbana do município. Enquanto tal, estabelece um importante avanço para que se estabeleça um novo modelo de desenvolvimento urbano diretamente atrelado ao enfrentamento das expressivas desigualdades socioterritoriais presentes na cidade de São Paulo. Depois da realização do maior processo participativo da história de São Paulo, durante a revisão participativa do Plano Diretor, a prefeitura convidou a população para mais uma etapa de revisão dos instrumentos de planejamento urbano da cidade. O objetivo foi revisar e atualizar as regras de parcelamento, uso e ocupação do solo contidas na Lei de Zoneamento.

- **Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP):** instituído pelo Decreto nº 54.837, de 13 de fevereiro de 2014, é a espinha dorsal do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO) e tem como atribuição elaborar a proposta de participação social. Seus 106 membros foram empossados em abril de 2014. Participam do CPOP todos os Conselhos Participativos Municipais (CPMs) da cidade e também os conselhos temáticos, como o de saúde, educação etc. (inclusive segmentos não organizados em conselhos, como mulheres e imigrantes).

- **Orçamento Cidadão:** projeto que disponibiliza informações sobre o orçamento público da cidade, a arrecadação municipal prevista para o próximo ano e onde esse recurso será investido. Os dados são apresentados de forma clara e acessível, para que todos possam compreendê-los. É constituído por três partes: (1) infográfico com as informações básicas sobre o orçamento nos boletos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); (2) publicação dos cadernos Planeja Sampa, cujo primeiro volume é composto por informações do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2015; e, por fim, (3) a elaboração de um portal de execução orçamentária, com linguagem e formato acessíveis, abertos e transparentes.

- **Conselhos Participativos Municipais (CPMs):** em agosto de 2013, o prefeito Fernando Haddad promulgou o Decreto-Lei nº 54.156 para a regulamentação dos artigos 34 e 35 da Lei Municipal nº 15.764, que dispõem sobre a criação, composição e atribuições dos CPMs em cada subprefeitura. Viabiliza-se, assim, o controle social – exercido por membros da sociedade civil – da municipalidade, por meio da fiscalização de ações e gastos públicos, bem como da apresentação de demandas, necessidades e prioridades.

- **Controladoria Geral do Município (CGM):** criada em maio de 2013 pela atual administração, atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

- **São Paulo Mais Inclusiva:** programa que objetiva trazer para o cotidiano das pessoas com deficiência a vivência concreta do acesso aos direitos, aos serviços e aos bens sociais da nossa cidade. Sob a coordenação da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), da Secretaria do Governo Municipal (SGM) e da Secretaria Municipal de Gestão (SMG), assegura uma política pública que atende às diretrizes estabelecidas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e no Plano Nacional Viver Sem Limite.

- **#existediálogoemSP:** programa destinado à construção colaborativa de políticas públicas com base na interação com diversos segmentos culturais. A III Conferência Municipal de Cultural foi um marco para a construção de novas propostas para as políticas de cultura da cidade.



O Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP) é a instância participativa do planejamento e do orçamento da PMSP.
(Foto: Fabio Arantes/SECOM).

Conclusão

Este caderno procurou discorrer sobre um amplo conjunto de aspectos relacionados aos direitos humanos e cidadania e suas implicações na governança municipal de São Paulo. Construir uma cidade comprometida com a transformação de uma realidade local historicamente excludente, que ainda não assegura direitos fundamentais, é algo que demanda tempo e não cabe num único governo. É preciso o desenvolvimento de políticas públicas contínuas e permanentes, que não podem ser idealizadas nem negar o diálogo com a cidadania e a participação social. A complexidade das ações transformadoras que a cidade necessita só poderá ser apreendida por meio do envolvimento dos sujeitos que a demandam. Historicamente, temos uma população desacostumada à participação política e uma administração pública (re)produtora de visões e práticas gestoras autoritárias, verticais, clientelistas e tecnocráticas, e a atual gestão entende que é preciso mudar a forma de operar as mudanças sociais que as políticas públicas municipais carregam em si.

Aos servidores públicos municipais está reservado importante papel nessa mudança, o de assumir práticas gestoras mais democráticas e participativas, com base na compreensão de que cumprem uma licença pública concedida pela cidadania local para gerir o bem comum. Os movimentos sociais e a sociedade civil organizada também têm papéis importantes nesse sentido, que incluem pressionar os governos pelo direito de participar das decisões sobre a cidade e estimular a própria população a se envolver mais com as demandas relacionadas à dimensão pública da vida cotidiana.

A atual administração municipal vem cumprindo importante papel, mobilizando as várias partes implicadas e criando oportunidades para que exerçam a democracia, e importantes mudanças estruturais vêm sendo operadas para diminuir o risco de retrocessos e interrupções no que diz respeito ao direito à participação social na gestão da cidade. A caminhada ainda é longa, porém muito mais importante do que ver o quanto foi percorrido é saber se a direção está correta. Considerando a realidade e o contexto que marca a sociedade brasileira, há no atual governo a certeza de que os rumos escolhidos levarão a cidade de São Paulo na direção de uma democracia mais participativa, com os cidadãos cada vez mais atuantes sobre os rumos que a cidade deve tomar.

Referências

Livros, artigos, teses, dissertações

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOFF, L. *Nova Era: a civilização planetária*. São Paulo: Ática, 1998.

BONAVIDES, P. *A Constituição aberta*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

CAMP. *Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos*. Porto Alegre: CAMP, 2013.

COMPARATO, F. K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. Recife: Imprensa Universitária, 1959.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999 (Guia da Escola Cidadã).

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POCHMANN, M. "O desafio da distribuição equânime da renda e riqueza no Brasil". *Economia e Desenvolvimento*, vol. 5, n. 1, Recife, 2006, p. 89-105.

SARLET, W. I. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SARMENTO, G. “As gerações dos direitos humanos e os desafios da efetividade”. In: RIBEIRO, M. R. & RIBEIRO, G. (orgs.). *Educação em Direitos Humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2012.

SOARES DO BEM, A. “A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX”. *Educ. Soc.*, vol. 27, n. 97, Campinas, set./dez. 2006, p. 1137-1157.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Matérias de imprensa, blogs, sites e documentos

CALIXTO, D. “Mapa da desigualdade em 2013: 0,7% da população detém 41 % da riqueza mundial”. *Opera Mundi*, 17 out. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/31831/mapa+da+desigualdade+em+2013+07%25+da+populacao+detem+41%25+da+riqueza+mundial.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2015.